

ISSN - 3085-5624

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**O USO DE DADOS E INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE ALAGOAS:  
um estudo de caso nasuperintendência de informações e cenários**

**THE USE OF DATA AND INFORMATION TO SUPPORT THE DEVELOPMENT OF PUBLIC POLICIES IN THE STATE OF ALAGOAS:  
a case study at the Superintendence of Information and Scenarios**

**Simone Craveiro Barros Pessôa** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -  
*simonecraveiro@gmail.com* - <https://orcid.org/0009-0008-2295-0257>

**Willian Lima Melo** – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *willian.melo@delmiro.ufal.br* -  
<https://orcid.org/0000-0001-9298-1333>

**Resumo:** O Estado Brasileiro, conforme a Constituição de 1988 visa promover o interesse público, em que dados e informações são essenciais para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, as Tecnologias da Informação e Comunicação auxiliam a gestão pública, tornando-a mais responsiva às demandas. Este trabalho é um estudo de caso na Superintendência de Informações e Cenários, de natureza participante, abordagem exploratória, análise qualitativa, pesquisa bibliográfica, documental, utilizou-se do mapeamento dos fluxos de trabalho, ciclo da informação e levantamento das tecnologias empregadas. Os resultados incluem ganhos nos processos de trabalho e algumas políticas públicas beneficiadas pela disponibilização eficiente de informações.

**Palavras-chave:** informação; políticas públicas; sociedade alagoana; governo orientado por dados.

**Abstract:** The Brazilian State, according to the 1988 Constitution, aims to promote the public interest, where data and information are crucial for shaping public policies. In this regard, Information and Communication Technologies assist public administration, making it more responsive to demands. This study is a case study at the Superintendence of Information and Scenarios, involving a participative approach, exploratory analysis, qualitative research, bibliographic and documentary studies, including workflow mapping, information cycle, and technology assessment. Results include improvements in work processes and some public policies benefited by efficient information provision.

**Keywords:** information; public policies; Alagoan society; data-driven government.

## 1 INTRODUÇÃO

No desafiador ano de 2020, as sociedades e os Estados enfrentaram pressões por decisões rápidas e adaptações às demandas sociais emergentes. As tecnologias desempenharam um papel crucial ao facilitar respostas ágeis e eficazes diante deste

contexto atípico. O ambiente que se descortinou foi originário do surgimento de uma pandemia que ceifou milhões de vidas humanas, a pandemia do *Coronavirus Disease-19* (Covid 19), que é uma doença originária do vírus SARS-COV-2<sup>1</sup>.

Todas essas circunstâncias vivenciadas colaboraram significativamente para o crescimento da demanda por tecnologias e a adoção destas em escala global, abrangendo a internet, que desempenhou um papel fundamental nas dinâmicas dos setores econômicos e nas necessidades das famílias. No caso do setor público, como exemplo de uso de tecnologias que auxiliaram no contexto pandêmico, pode-se citar: o monitoramento da propagação do vírus; o monitoramento do cumprimento de medidas de distanciamento social; a manutenção dos serviços essenciais à população; as análises de dados sobre a situação; a manutenção dos serviços públicos, inclusive remotamente, nas orientações junto aos cidadãos.

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), no Estado de Alagoas, por meio de sua Superintendência de Informações e Cenários (SINC), desempenhou um papel relevante no fornecimento de informações, em tempo real, sobre a evolução da pandemia, auxiliando os gestores públicos nas tomada de decisões e nas elaboração de políticas públicas responsivas às necessidades da sociedade. Nesse caminho, os usos de novas tecnologias aceleraram os processos internos de trabalho, como foi o caso da SINC. Isso permitiu tornar mais célere o fornecimento de informações, para que a governança, o que consequentemente contribuiu para a atuação do setor público em meio à crise sanitária, quanto as suas decisões e construções de políticas públicas.

Diante dessas discussões, o problema desta pesquisa foi estruturado da seguinte forma: no Estado de Alagoas, a partir do período pandêmico (no primeiro semestre de 2020), de que forma as tecnologias da informação, implantadas pela Superintendência de Informações e Cenários, contribuíram para o processo de gestão e construção de políticas públicas?

Durante a pandemia em Alagoas, a SEPLAG, por meio da SINC, desempenhou um papel relevante no fornecimento de informações (em tempo real) sobre o desenvolvimento

---

<sup>1</sup> “O SARS-CoV-2 (do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome CoronaVirus-2), agente etiológico da COVID-19 (do inglês Coronavírus Disease 2019), pertence à família dos Coronavírus, que são um grupo de vírus envelopados que possuem RNA linear de fita simples sentido positivo” (Michelon, 2021, p.109).

da situação, auxiliando gestores públicos na formulação de políticas adaptativas. A rápida adoção de novas tecnologias permitiu uma coleta e análise ágeis de dados, melhorando a eficiência operacional e a capacidade de resposta céleres da SEPLAG/SINC diante das necessidades da da sociedade em um período de crise.

O presente trabalho possui o objetivo geral de analisar os efeitos do uso de tecnologias da informação nos processos e fluxos de trabalho, a partir do período pandêmico, pela Superintendência de Informações e Cenários, no subsídio de informações para a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas em Alagoas. Para o alcance deste, os objetivos específicos se seguem: 1) detalhar os processos de trabalho e os fluxos da informação da SINC, antes e a partir do período pandêmico; 2) apontar as tecnologias utilizadas antes e a partir do período pandêmico; 3) analisar políticas públicas implementadas na pandemia, com auxílio em dados e informações tratadas pela SINC.

No âmbito acadêmico, pretende-se ainda incentivar o aprimoramento do processo de gestão da informação, ressaltando os ganhos considerados pela inovação tecnológica, demonstrando como essas melhorias colaboram para fornecer subsídios para a construção de políticas públicas baseada em evidências, de forma a colaborar para a sociedade, em resposta às suas demandas, sendo passível de estudos complementares futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Gestão Pública Nacional moderniza-se ao longo dos anos, e utilização das TICs facilitam o acessos às informações essenciais para as tomada de decisões e formulação de políticas públicas condizentes com o cenários que se apresentam. Desta froma explorar conceitos como Sociedade da Informação e do Conhecimento, Dados Abertos e tecnologias se mostram importantes para o desenvolvimento do presente trabalho.

### 2.1 Considerações sobre a Sociedade da Informação, Ciência da Informação e Gestão da Informação

A partir da terceira revolução industrial, a temática relacionada à informação e ao conhecimento se aprofundaram. Nessa época, o autor Machlup (1962) se apresenta como

um dos precursores da economia do conhecimento, e se utiliza do termo “sociedade da informação” em sua obra *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, e dentre outros aspectos, aponta a informação e o conhecimento como bens intangíveis bases para o desenvolvimento e progresso econômico dos países.

A sociedade da informação, segundo Santos e Carvalho (2009) faz uso da informação e das tecnologias da informação, e, segundo as autoras, percebem que esse termo nasce como uma mudança do modelo tecno-social presente na sociedade pós-industrial, em que a informação seria uma “moeda” para a construção dessa sociedade. E no que se refere a organização desta, de acordo com Castells (2005), evidencia-se por meio de redes de comunicação que abrangem indivíduos, estados, instituições, em que as tecnologias são instrumentos que auxiliam na manutenção dessas redes, moldam os relacionamentos, e ajudam na edificação da economia, com as suas bases na informação, no conhecimento e na produção.

De acordo com o autor Alvarenga Neto (2005) as TICs estão promovendo e acelerando a criação, o processamento e a disseminação de novas formas de informação. Além disso, na atualidade, temas como informação, conhecimento e inovação são amplamente discutidos e são fundamentais para se criar vantagens competitivas e sustentáveis na economia.

Ao abordar a administração pública, a informação é essencial como recurso para orientar decisões políticas e de gestão. A globalização e os avanços tecnológicos têm ampliado o acesso à informação, promovendo maior participação cidadã e influenciando a criação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, questões como a proteção de dados, juntamente com os campos da Ciência da Informação (CI) e Gestão da Informação (GI), desempenham papéis importantes no suporte às estruturas administrativas.

De acordo com Ponjuán Dante (2004), a gestão da informação existe em toda organização, principalmente naquela referida aos aspectos que conduzem as tomadas de decisão importantes. A autora sinaliza que o processo de desenho e operação de sistemas deve considerar a descrição da organização, as pessoas, as rotinas, com a finalidade compreender a relação entre os sistemas e essas pessoas.

Choo (2003) discute a utilização estratégica da informação pelas organizações,

destacando as inter-relações de processos nesse contexto e enfatizando a habilidade de gerenciá-los para estabelecer uma cultura organizacional voltada ao conhecimento.

Conforme Santos e Valentim (2014) a dinâmica dos fluxos informacionais é determinante para a concretização das ações das instituições, visto que, são justapostos de processos e atividades. Nesse sentido, destaca-se a importância relativa à gestão da informação e a gestão do conhecimento nesses ambientes.

Com o aumento da disponibilidade de dados e informações, as tecnologias se tornaram recursos estratégicos para facilitar sua utilização eficiente. Essa integração é basilar para impulsionar economias e promover o desenvolvimento das sociedades. E, cabe aos Estados garantir o acesso seguro e o uso adequado das informações. Neste contexto, a gestão pública, apoiada pela gestão da informação, desempenha um papel fundamental na compreensão das necessidades públicas e na formulação de políticas que respondam eficazmente às demandas da sociedade.

## **2.2 O Estado Brasileiro, a cultura do Governo orientando por dados, o Governo eletrônico (e-GOV), o Governo Digital, dados governamentais abertos no Brasil e processos de trabalho na administração pública**

Após a Proclamação da República em 1889, o Brasil enfrentou conflitos armados e persistente desigualdade social, apesar das vastas riquezas naturais. Celso Furtado destacou a necessidade de uma intervenção estatal ativa para mitigar as disparidades socioeconômicas através de políticas de planejamento e intervenção nos setores econômicos críticos (Furtado, 2005).

Santos (2018) destaca três modelos de gestão pública no Brasil ao longo dos anos, sendo elas: Patrimonialista, Burocrático e Gerencial (Nova Gestão Pública), cada um contribuindo em diferentes períodos para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Bresser-Pereira critica a gestão burocrática no Brasil por sua rigidez, excesso de normas e falta de inovação, prejudicando a resposta às demandas sociais. Ele propõe uma transição para um modelo gerencial que priorize eficiência e redução de custos nos serviços públicos.

Ribeiro, Pereira e Benedicto (2013) destacam que desde meados dos anos 2000, a



reforma administrativa redefiniu o papel do Estado e suas relações com a sociedade, gerando debate acadêmico e profissional na administração pública. A reforma visou aprimorar o funcionamento do Estado com modelos administrativos mais dinâmicos e modernos, focando em coordenação horizontal e gestão de pessoas.

Na Londres vitoriana de 1850, o médico John Snow usou dados para mapear casos de óbito relacionados ao consumo de água de poços. Seu estudo não só diagnosticou problemas de saúde pública, mas também embasou decisões governamentais, destacando o impacto do uso de dados para entender tendências, necessidades e fundamentar políticas públicas eficazes na era gerencial (Iamarino, 2011).

No Estado Brasileiro, um governo baseado em dados, o usos destes orientam decisões governamentais, melhorando a gestão pública e a qualidade dos serviços à população. Nesse sentido, a gestão da informação e o uso das TICs se mostram essenciais para uma administração eficiente.

No Estado Brasileiro, o Governo Eletrônico visa melhorar a gestão através da digitalização e automação de processos, enquanto o Governo Digital busca eficiência e inovação mais amplas. Desde os anos 2000, o Brasil tem evoluído nesse sentido, focando no atendimento ao cidadão e na modernização do setor público.

Ainda há desafios, como a disponibilidade de internet, habilidades digitais e segurança de dados. Em março de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.129/2021, que dispõe sobre o Governo Digital no Brasil. Esta se foca em princípios como a eficiência administrativa, participação cidadã, transparência, o que fortalece democracia nacional.

Já o Decreto nº 8.777/2016, anterior a supramencionada Lei, estabelece a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Estes, são dados disponibilizados de maneira acessível, organizada e passível de reutilização, sem em meio virtual ou outro, permitindo que qualquer pessoa utilize, compartilhe e distribua esses.

Na administração da informação, é importante se garantir a eficiência na gestão pública para atender às necessidades da população. Isso requer um planejamento abrangente com monitoramento, avaliação e correção de processos de trabalho, visando uma administração responsiva e eficaz.

A partir dos anos 1990, o Brasil adotou uma nova administração pública inspirada no

setor privado para melhorar a eficácia dos processos, conhecida como administração gerencial. Segundo Brasil (2016c), entender questões gerenciais requer uma visão ampla do ambiente organizacional, pois problemas frequentes surgem da falta de compreensão dos sistemas operacionais, o que dificulta alcançar os objetivos planejados.

Brasil (2016c) argumenta que gestores precisam ter uma visão abrangente do ambiente organizacional para entender questões gerenciais. Problemas frequentes surgem da falta de compreensão da operacionalização, dificultando o alcance dos objetivos traçados sem um conhecimento sistêmico dos processos de trabalho.

É de responsabilidade do Estado fornecer serviços que possam atender às demandas públicas, assegurando eficiência e qualidade para os cidadãos, ao contrário do setor privado que o foco é o cliente e o mercado. Todavia, uma semelhança relevante entre esses setores diz respeito a busca por maior eficiência operacional para atender as demandas em suas respectivas searas.

### **3 METODOLOGIA**

O desenvolvimento de uma pesquisa científica exige planejamento e técnicas específicas para alcançar o resultado desejado. Aspectos pontuados a seguir, abarcam esse percurso.

#### **3.1 Universo, amostra de estudo e natureza da pesquisa**

Este trabalho apresenta como universo as tecnologias e os processos de gestão empregados no Estado de Alagoas, sendo exibido como amostra as tecnologias e os processos de gestão presentes na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), focada em sua Superintendência de Informações e Cenários (SINC).

No que tange a natureza desta pesquisa, esta se classifica como exploratória, e na perspectiva qualitativa, visto que o conjunto de dados ora analisados se situam nesse âmbito, podendo mesmo interagir e se complementarem para o conhecimento dessa conjuntura.

Este estudo exploratório visa fornecer uma visão aprofundada sobre um tema específico, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise se baseia em um

estudo de caso no contexto de um Órgão Público, de situações experienciadas no local.

### 3.2 Fontes de pesquisa e técnicas de análise

O texto apresenta um estudo que utilizou pesquisa bibliográfica e documental, além de consultados sites oficiais do Governo Federal e do Governo de Alagoas, fontes como o Google Acadêmico, Scielo, artigos científicos, entre outros, abordando temas como informação, políticas públicas, sociedade, tecnologias da informação e pandemia.

Foram identificados 09 (nove) processos na SINC, 02 (dois) foram escolhidos para uma descrição mais detalhada dos procedimentos. Além disso, foram desenhados os procedimentos operacionais, desde a demanda até a resposta a esta. A importância desse dois processos escolhidos foi ressaltada no item 4.2.1.1.

## 4 ESTUDO DE CASO DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES E CENÁRIOS

Antes de abordar sobre a Superintendência de Informações e Cenários, entende-se importante levantar algumas considerações sobre Dados Governamentais em Alagoas e a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), destacando sua presença contexto estadual. Sobre a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio e sobre a Superintendência de Inforações e Cenários

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), criada nos anos 1960, busca a transparência, eficiência e proximidade com os cidadãos. Ela possui o objetivo de respaldar o Estado de Alagoas, dentre as variadas funções a que se propõe, em planejar, elaborar, coordenar, gerenciar, estabelece e monitorar os planos de governo, para o desenvolvimento estadual, com metas e objetivos a serem alcançados. Em sua função, reside o auxílio a uma gestão eficiente de recursos públicos, conforme modelo de gestão preconizado por autores como Bresser-Pereira (1996).

A Superintendência de Informações e Cenários (SINC), que formulou o Portal Alagoas em Dados e Informações (ADI), lançado em 2012, disponibiliza o acesso e uso de informações pelo governo e a sociedade, apoiando monitoramento, políticas e pesquisas socioeconômicas em diversos setores.



O uso de inteligência geográfica<sup>2</sup> e de negócios aplicadas ao ADI auxiliou a construção de produtos, tais como: o “Painel Covid 19”; “Painel das Grotas do Município de Maceió”; “Painel dos Fluxos da Produção Agropecuária”; “Painel das Contas Regionais”, “Painel do Perfil dos Municípios Alagoanos”; “Painel do Censo Escolar”; “Painel Criança Alagoana (CRIA)”; “Painel Vem Que Dá ‘Tempo’” e ampara diversas demandas que se apresentam para o setor.

A SINC lançou o Painel Informativo do Covid 19, no ano de 2020, como uma resposta estratégica para o fornecimento de informações diárias à administração pública, evidenciando informações da crise pandêmica.

#### **4.1 A estrutura organizacional da Superintendência de Informações e Cenário, os seus processos, fluxos de trabalho e produtos**

A Superintendência de Informações e Cenários (SINC), de acordo com a Lei Delegada nº 59/2023, abrange a Gerência de Governança de Dados, que gerencia o Termo de Confidencialidade e Cooperação Técnica, elabora documentos internos e o Ranking de Competitividade dos Estados. A Gerência de Geoinformação, que cuida do Portal Alagoas em Dados e Informações, elabora Mapas Temáticos e Dashboards Informativos. Por fim, a Gerência de Indicadores e Cenários calcula o Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas trimestralmente, utilizando indicadores de variação do PIB por setor econômico e impostos, fornecendo informações antecipadas sobre a economia alagoana.

##### **4.1.1 Processos, fluxos de trabalho e produtos na SINC**

A dinâmica do ciclo de informações da SINC segue uma sequência estruturada, desde a solicitação até a entrega da resposta ao destinatário. Após identificar as necessidades do solicitante, a gerência responsável realiza reuniões de alinhamento, seguem-se: a coleta, o tratamento, a análise de dados, e disponibiliza a informação. Com a pandemia, implementou-se no Setor as tecnologias: Canva, Python, Geonda, Power BI, SQL e Trello para melhorar o fluxo de trabalho.

---

<sup>2</sup> De acordo com Francisco (2015, não paginado, grifo do autor): Recentemente, cunhou-se o termo "Inteligência Geográfica" como o uso da perspectiva geográfica nas tomadas de decisão pelas empresas, públicas e privadas.

A situação apresentada na SINC reflete a importância da adaptação implementada no Setor, repercutindo na gestão da informação, refletindo na eficiência da gestão pública em suas respostas às necessidades públicas.

#### *4.1.1.1 A Superintendência de Informações e Cenários e os seus processos de trabalho: dois exemplos práticos*

Os processos de "Cálculo de Estimativa do PIB" e "Informativo do Painel do Covid 19" são essenciais para Alagoas devido à sua importância econômica e estratégica na gestão pública. Novas tecnologias, como o Pipeline de Dados e os Painéis Interativos do Power BI, aceleraram a entrega e visualização de informações. Apesar das melhorias, a integração completa de dados continua sendo um desafio, exigindo intervenção manual em certos casos.

#### *4.1.1.2 O cálculo de estimativa do Produto Interno Bruto*

Considerando o esforço da SINC em automatizar o Cálculo de Estimativa do PIB, evidencia-se o ganho de eficiência neste processo de trabalho, em que o *Python* possibilita a combinação de dados de diversas fontes. Como dito, embora a automação ainda não abranja todo o ciclo dessa operação, sendo a participação manual, e o uso do Excel ainda necessários, observa-se que a automatização mostrou-se vantajosa. Ela diminuiu a intervenção de atores humanos na operacionalização do cálculo, assim como, a probabilidade de ocorrência de erros, seja na alimentação dos dados, ou na programação nos vínculos relativos ao processamento destes.

Com a implementação das tecnologias, o processo "Cálculo de Estimativa do PIB da Agropecuária" conseguiu diminuir 50% do tempo entre a chegada a demanda e a entrega final da informação ao demandante.

#### *4.1.1.3 O painel do Covid 19*

Diante da pandemia, a SINC teve um papel importante no fornecimento de informações para tomadas de decisão e políticas públicas a partir de 2020. O Setor recebia

diariamente dados da Secretaria de Saúde para subsidiar o governo, mas era necessário processar e disponibilizar essas informações de forma mais ágil e correta possível. Para isso, a SINC se dividiu em três frentes de operação: Geoprocessamento (Frente 1), Estatística (Frente2) e Indicadores (Frente 3).

Com a implementação de tecnologias como Power BI, R e Python, os processos foram otimizados. A substituição do trabalho manual pela automação pelo Python, na Frente 2, trouxe agilidade e eficiência, padronizando termos e aprimorando a transmissão de informações.

O Painel Covid-19 exemplifica esse avanço, fornecendo dados diários da pandemia. Essas melhorias contribuíram para o controle da pandemia e embasaram decisões governamentais. O Painel apresentava informações como confirmação da doença, leitos hospitalares disponíveis, e dados por município. Diversas políticas públicas se beneficiaram dessas informações para o combate à pandemia.

Antes do advento pandêmico, existiam apenas 04 (quatro) painéis, sendo eles: o Painel Perfil Municipal, o Painel Grotas de Maceió, o Painel Censo Escolar 2018 e o Painel Censo Escolar 2019. A partir da Pandemia, foram sendo desenvolvidos vários painéis. Em abril de 2024, a SINC registrou 43 (quarenta e três).

Em caráter exemplificativo, os painéis abrangem temas, tais como: educação; matriz energética; saneamento, emprego; saúde; primeira infância; cursos virtuais; pobreza; habitações precárias; Produto Interno Bruto (PIB); infraestrutura; grotas; localidades rurais; povos indígenas; desigualdade de gênero, entre outros.

## **4.2 Políticas Públicas que tiveram a contribuição do painel do Covid 19**

### **4.2.1 Medidas de distanciamento social controlado**

O Governo de Alagoas implementou decretos de distanciamento social e uso de máscaras para combater o aumento de casos e de óbitos em decorrência da pandemia. Essas medidas foram estabelecidas através de diversos decretos, como, por exemplo: o Decreto nº 69.501 de 13 de março de 2020, o Decreto nº 70.145 de 22 de junho de 2020. Essas ações foram essenciais para prevenir o contágio e orientar as decisões governamentais em relação ao avanço ou retrocesso desse Plano.

Considerando o contexto apresentado, evidencia-se a relevância da SINC para as políticas de distanciamento social controlado, implementadas pelos decretos mencionados. A colaboração entre as esferas governamentais, aliada à disponibilidade de informações atualizadas, como aquelas fornecidas pelo Painel Covid 19 em Alagoas, contribuíram para aumentar a transparência e a eficácia na gestão pública.

A reportagem “O enfrentamento à pandemia mantém AL com a 2ª menor taxa de óbitos por Covid 19 do país”, em que os investimentos no Plano de Distanciamento Social Controlado neste Estado auxiliaram para o enfrentamento pandêmico. (Anjos, 2021).

Adicionalmente, o próximo exemplo de política pública se utilizou do auxílio, tanto do Painel Covid 19, bem como, de outras fontes processadas pela SINC.

#### **4.2.2 A maratona de cirurgias em Alagoas**

Em decorrência da crise sanitária ocasionada pelo Covid 19, uma das estratégias reconhecidas pelo país para o seu setor de saúde foi a necessidade da suspensão dos procedimentos eletivos<sup>3</sup>. A prioridade de procedimentos se direcionou para o atendimento aos pacientes do Covid 19, na tentativa de se evitar o seu colapso diante da alta demanda desses pacientes na pandemia.

Em 2023, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Redução de Filas na saúde. (PNRF), estabelecido pela Portaria GM/MS nº 90, de 03 de fevereiro de 2023 (Brasil, 2023). Esse programa visou responder as demandas por cirurgias eletivas no país, assim como reduzir a espera por exames e consultas especializadas. Observa-se que o Estado de Alagoas antecipou ao Governo Federal no que tange a implementação de medidas para diminuição dessas filas e consultas, já que com a implementação da Maratona de Cirurgias, empregou esforços ainda em 2022, para responder a crescente demanda desses pacientes do SUS.

---

<sup>3</sup> “[...] procedimento cirúrgico eletivo é todo aquele atendimento prestado ao usuário em ambiente cirúrgico, com diagnóstico estabelecido e indicação de realização de cirurgia a ser realizada em estabelecimento de saúde ambulatorial e hospitalar com possibilidade de agendamento prévio, sem caráter de urgência ou emergência” Disponível em: [https://www.saude.gov.br/files//banner\\_coronavirus/protocolos-notas/S%C3%ADnteses%20de%20Evid%C3%A2ncias/2020/Cirurgias%20Eletivas%20x%20COVID-19.pdf](https://www.saude.gov.br/files//banner_coronavirus/protocolos-notas/S%C3%ADnteses%20de%20Evid%C3%A2ncias/2020/Cirurgias%20Eletivas%20x%20COVID-19.pdf). Acesso em: 09 fev. 2024.

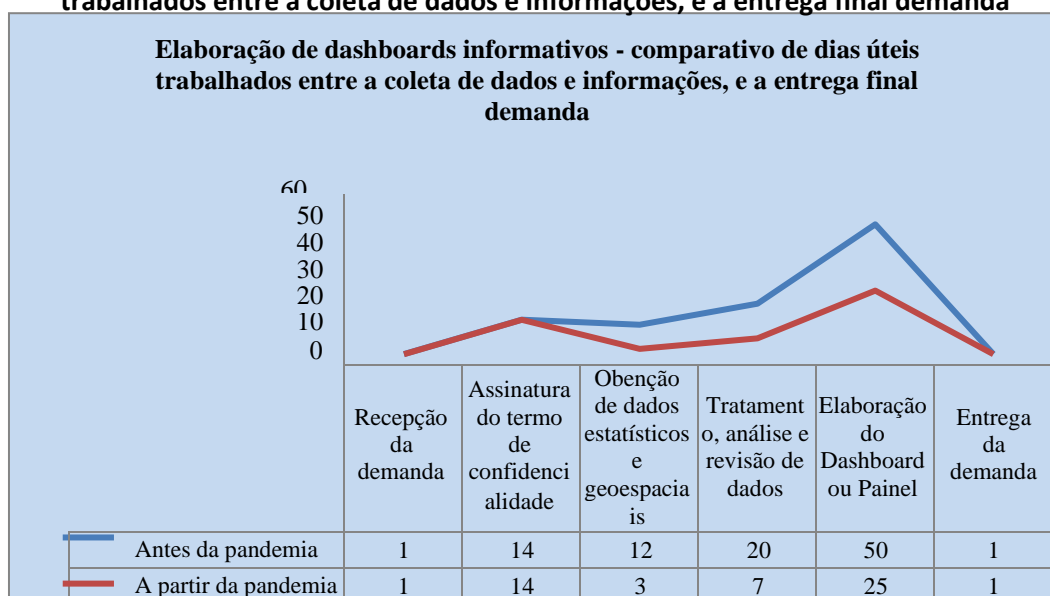
Nesse contexto, a SINC desempenhou um importante papel na coleta, limpeza, processamento e análise de dados obtidos junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), outras secretarias de estado, junto a séries temporais oriundas do Ministério da Saúde. Esses dados foram trabalhados e transformados em informações relevantes para a alta administração, para os setores econômicos e para a sociedade em geral.

### 4.3 Ganhos quantitativos nos procedimentos operacionais

Foi realizado um estudo na SINC para obter informações essenciais sobre os fluxos de informação antes e durante a pandemia. Este estudo incluiu um levantamento dos procedimentos operacionais, bem como dos usos das tecnologias no Setor. Ele forneceu percepções importantes para se compreender as integrações dessas inovações na operacionalização do setor, e o que essas melhorias trouxeram da eficiência da celeridade e assertividade no fornecimento de informações à gestão.

A SINC implementou melhorias significativas nos tempos de processamento operacional, resultando em reduções no número de dias trabalhados, para alguns do processos internos, conforme se verifica no Gráfico 1, exemplificativamente:

**Gráfico 1 - Elaboração de dashboards informativos - comparativo de dias úteis trabalhados entre a coleta de dados e informações, e a entrega final demanda**



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 1 em pauta apresenta o levantamento do processo de elaboração de



Dashboard Informativo (Painéis), antes e a partir da pandemia, abrangendo desde a recepção da demanda até a entrega final do produto (informação). Antes eram necessários 98 dias úteis para este vir a ser elaborado. Atualmente são necessários apenas 51 dias. Ou seja, houve uma redução de - 47,96%, de tempo empregado para esse trabalho.

Foram identificadas as seguintes respostas aos processos levantados no Setor: O processo do Painel do Ranking de Competitividade dos Estados, com redução de 68,33% no tempo necessário a sua elaboração, o cálculo da estimativa do PIB, com uma queda de tempo na ordem de 50%; a elaboração de Mapas Temáticos com uma diminuição de 36,17% no seu tempo de execução.

Os demais processos em que não foi possível a exata da medição do tempo, dada a peculiaridades que os envolvem serem subjetivos foram: Gerenciamento do termo de Confidencialidade e Cooperação Técnica; Elaboração de Documentos Internos; Gerenciamento do Portal Alagoas em Dados e Informações; Cálculo do PIB Estadual e Municipal, que depende de fatores externos a SINC; Estudos de Áreas Específicas, que depende de aspectos externos ao Setor.

## 5 CONCLUSÃO

A Pandemia de Covid-19 evidenciou a importância que o setor público apresenta, em ofertar respostas às necessidades da população. E, nesse período, em que as capacidades dos Estados foram testadas, mediante a crise sanitária, a questão assertividade e celeridade no fornecimento de informações se mostrou condição imprescindível para que as decisões e políticas públicas fossem concebidas.

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, através da Superintendência de Informação e Cenários, desempenhou um papel relevante ao construir e disponibilizar o Painel Covid-19, com informações precisas e atualizadas diariamente, facilitando a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Observa-se nesse sentido que, o Governo de Alagoas, implementou medidas eficazes, tais como, como os decretos de distanciamento social, alcançando bons resultados no controle da doença. Além disso, o Governo de Alagoas lançou o programa Maratona de Cirurgias, que foi elaborado mediante a identificação da demanda pela Secretaria de Estado

da Saúde, em que a SINC apresentou um relevante papel no contexto coleta, limpeza, processamento e análise de dados, transformando-a em informações importantes para a alta gestão e as suas decisões.

Entende-se que a eficiência dos processos da SINC colaboraram para respostas mais ágeis às demandas emergentes. Essas transformações na forma de operação do setor, ressaltaram o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação, como agentes influenciadores nas formulações de políticas públicas, já que a agilidade e precisão empregadas, permitiram uma resposta mais diretas e céleres para que os gestores respondessem às necessidades públicas.

Nos cenários acadêmico e social, os ganhos operacionais demonstrados pela SINC, diante do âmbito levantado, podem inspirar outros órgãos públicos nos processos internos de aprimoramento, além de incentivar novos estudos na área da Ciência da Informação, assim como, gerar reflexões sobre a administração pública, destacando a importância que adaptações nesse setor, culminam em respostas mais assertivas às demandas, em prol do bem estar coletivo, através de políticas públicas condizentes com a realidade.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Decreto nº 69.501 de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (Coronavírus), e dá outras providências. Maceió: Governo do Estado, 2020a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390838>. Acesso em: 09 jul. 2023.

ALAGOAS. **Decreto nº 70.145 de 22 de junho de 2020**. Institui o plano de distanciamento social controlado no âmbito do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Maceió: Governodo Estado, 2020e. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=397338>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ALAGOAS. Lei Delegada nº 59, de 27 de junho de 2023. Altera dispositivos da Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, que institui o modelo de gestão da Administração Pública Estadual do poder executivo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: suplemento, Maceió, AL, ano 111, n. 2110, p. 1-120, 30 jun. 2023j.

ALVARENGA NETO, R. C. D. de. **Gestão do Conhecimento em Organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. 2005. 400 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EARM-6ZGNE6>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ANJOS, P. dos. Enfrentamento à pandemia mantém AL com a 2ª menor taxa de óbitos por Covid-19 do país. **Portal Oficial do Governo do Estado de Alagoas**. Maceió, 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/enfrentamento-a-pandemia-mantem-al-com-a-2-menor-taxa-de-obitos-por-Covid-19-do-pais>. Acesso em: 23. mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 90, de 3 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Nacional de redução das filas de cirurgias eletivas, exames complementares e consultas especializadas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 26, p.53, 06fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-90-de-3-de-fevereiro-de-2023/view>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Presidência d República. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a política de dados abertos do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 13 jun.2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm). Acesso em 10 jan. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Introdução à gestão de processos de trabalho**: guia metodológico. Brasília: STJ, 2016. 59 p. Disponível em: [https://www.stj.jus.br/static\\_files/STJ/Institucional/Gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica/3\\_gestao\\_processos\\_02jun.pdf](https://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Institucional/Gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica/3_gestao_processos_02jun.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.120, n.1, p.7-40, jan./abr. 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550>. Acesso em: 08 dez. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 574 p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/TW579>. Acesso em: 30 out. 2022.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. Disponível em: <https://lucianabicalho.files.wordpress.com/2013/09/choo-chun-wei-a-organizac3a7c3a3o-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FRANCISCO, Eduardo Rezende. Inteligência Geográfica – Por que os líderes deveriam aprender Geografia? **ESTADÃO**. São Paulo, agosto de 2015. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/inteligencia-geografica-por-que-os-lideres-deveriam-aprender-geografia/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jZ478>. Acesso em: 18 jan. 2023.

IAMARINO, A. John Snow e a transmissão da cólera. **Blog da Rede. Science Blogs Brasil**. [Campinas], 26 mar. 2011. Disponível em: [www.blogs.unicamp.br/rainha/2011/03/john\\_snow\\_e\\_a\\_transmissao\\_da\\_c/](http://www.blogs.unicamp.br/rainha/2011/03/john_snow_e_a_transmissao_da_c/). Acesso em: 09 jun. 2023.

MACHLUP, F. **The production and distribution of knowledge in the United States**. New Jersey: Princeton University Press, 1962. 444 p. Disponível em: <https://archive.org/details/productiondistri00mach/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de la información: dimensiones e implementación para el éxito organizacional**. Rosario: Nuevo Paradigma, 2004. 218p.

RIBEIRO, L. M. de P.; PEREIRA, R. J.; BENEDICTO, G. C. de. As reformas da Administração Pública Brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. [Maringá]: ANPAD, 2013. p.1-15. Disponível em: <https://bitlybr.com/eZLgd>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTOS, A. F. dos. Administração Pública brasileira: o modelo gerencial e as ferramentas de melhoria na gestão pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v.4, p.69-85, ago. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/o-modelo-gerencial#>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19-33, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/17897/12245>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CARVALHO, A. G. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1782/2687>. Acesso em: 13 out. 2022.